

N. F. Nº - 298942.1530/22-7
NOTIFICADO - ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S. A. CASAS PERNANBUCANAS.
NOTIFICANTE - HELDER RODRIGUES DE OLIVEIRA
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 12/03/2024

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0037-04/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Restou comprovado que o sujeito passivo só foi cientificado da notificação fiscal e do Termo de Ocorrência Fiscal, meses após a efetivação dos pagamentos na forma regulamentar. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Notificação Fiscal expedida pela fiscalização no trânsito de mercadorias, expedida em 20/09/2022 para reclamar crédito tributário no valor de R\$ 14.223,10, mais multa de 60% no valor de R\$ 8.533,91, totalizando o débito na quantia de R\$ 22.757,10, em face da seguinte imputação: “**Infração 054.005.008:** Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal”.

Foi acrescentado, a título de descrição dos fatos, que “*se trata de falta de recolhimento tempestivo do ICMS – Antecipação Parcial, sobre aquisições interestaduais de mercadorias tributáveis, conforme DANFES listados e destinados a comercialização ou outros atos de comércio por contribuinte descredenciado. DANFES nº 533251 a 533267, cópias anexas e Termo de Ocorrência Fiscal emitido para subsidiar a lavratura da Notificação Fiscal*”.

Consta à fl. 43, Mensagem DT-e encaminhada em 22/03/2023 ao notificado, intimando-o a efetuar o pagamento da notificação no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de ciência da notificação fiscal ou apresentar defesa no mesmo prazo, com a observação de que “*caso já tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar a intimação*”, com data de ciência em 28/03/2023 e data de leitura em 10/05/2023.

Em 29/05/2023, através do Processo SIPRO nº 031653/2023-0, fl. 49, o autuado ingressou com petição apresentando comprovante de pagamento relativo a Antecipação Parcial dos DANFES nº 533251 a 533266, recolhido no dia 25/10/2022, além do comprovante de pagamento relativo ao DANFE nº 533267 através de GNRE ocorrido em 16/09/2022, conforme DAES e em anexo, fls. 56 a 60.

Desta forma requereu a baixa da referida Notificação Fiscal ante a apresentação dos documentos comprobatórios dos pagamentos efetuados.

Foi juntada à fl. 55, Termo de Ciência no Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, com data de remessa e de ciência tácita em 28/03/2023, intimando o autuado a efetuar o pagamento da notificação no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de ciência da notificação fiscal ou apresentar defesa no mesmo prazo, com a observação de que “*caso já tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar a intimação*”.

Por força do estabelecido pelo Decreto nº 18.558/18, não foi produzida Informação Fiscal pelo autuante.

VOTO

Da análise das peças que integram os presentes autos tem-se que a Notificação Fiscal sob exame, foi emitida pela fiscalização no trânsito de mercadorias no dia 20/09/2022, enquanto que o Termo de Ocorrência Fiscal foi lavrado em 18/09/2022, ambos sem assinatura pelo notificado.

De acordo com as mensagens eletrônicas de fls. 43 e 55, o autuado só fora cientificado da notificação fiscal em 28/03/2023, com concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para efetuar o pagamento ou apresentar defesa da notificação fiscal.

Ocorre que o notificado se manifestou nos autos em 29/05/2023, apresentado comprovantes de pagamento do ICMS antecipação parcial relacionados aos DANFES objeto da notificação fiscal, cujos pagamentos efetuou em 25/10/2022 e 16/09/2022, antes, portanto, da ciência da notificação fiscal, o que conduz ao descabimento da exigência consubstanciada pela presente notificação fiscal, posto que, a ciência da mesma ocorreu meses após a efetivação dos pagamentos.

Isto posto, voto pela IMPROCECÊNCIA da presente Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar, em instância ÚNICA, **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 298942.1530/22-7, lavrada contra **ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S. A. CASAS PERNANBUCANAS**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 21 de fevereiro de 2024.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE/RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA

JOÃO VICENTE COSTA NETO - JULGADOR